

VIRTUALIDADES ARGUMENTATIVAS IMANENTES AO DISCURSO*

Roque Amadeu Kreutz**
UFSMRS

Neste texto, explicitaremos algumas das virtualidades argumentativas imanentes ao discurso. Postulamos que vários aspectos correntemente envolvidos na produção de um texto argumentativo, se forem realizados conscientemente pelo enunciador em função dos efeitos que ele pretende obter nos enunciatários, poderão constituir-se em estratégia argumentativa eficaz. E que, por outro lado, se os mesmos aspectos forem ignorados pelo enunciador, poderão prejudicar significativamente a eficácia perlocucionária do discurso.

Não temos o propósito de realizar uma descrição exaustiva do tema selecionado. Por isso, limitamo-nos a explicitar a argumentatividade virtual contida nos seguintes aspectos de um texto (aspectos estes que, segundo a nossa posição epistemológica, podem transformar-se em táticas argumentativas): a) seleção e delimitação do tema; b) escolha de um tipo de texto; c) assunto; d) variante lingüística; e) lógica argumentativa; f) meios de materialização de um texto.

* Comunicação apresentada no 7º COLE — Congresso de Leitura do Brasil, em sessão realizada no dia 09/09/89, Campinas — SP.

** Mestre em Educação — Professor Assistente do Depto. de Letras Vernáculas da UFSM.

1. SELEÇÃO E DELIMITAÇÃO DO TEMA

A escolha de um tema para uma redação, uma palestra, uma aula, uma monografia, um conto, enfim, para qualquer atividade discursiva, já é, por si mesma, uma tática argumentativa.

A luz dessa afirmação, analisemos o texto que ora estamos produzindo: "VIRTUALIDADES ARGUMENTATIVAS IMANENTES AO DISCURSO". Por que é que escolhemos justamente esse tema para uma produção acadêmica? Sem dúvida, com melhor preparo intelectual poderíamos dissertar sobre algum aspecto de Morfossintaxe, uma vez que, nas circunstâncias atuais, ministramos essa disciplina no Curso de Letras da UFSM. Entretanto, selecionamos o tema em epígrafe por causa de uma "crença"; crença que desejamos partilhar com atuais e futuros colegas. Ou, mais explicitamente, queremos convencê-los, através da lógica argumentativa aqui adotada, que há conteúdos de ensino mais singificativos do que os tradicionais para promover o aperfeiçoamento da ação lingüística dos alunos, enquanto enunciadores e enunciatários. Enfim, queremos provocar uma mudança de comportamento nos colegas atuais e futuros no sentido de estabelecerem uma nova priorização de conteúdos programáticos para a disciplina de Língua Portuguesa, deixando, entre estes, um lugar de importância para o saber referente à produção do texto argumentativo.

Vejamos mais um exemplo sobre a seleção do tema como tática argumentativa, aliás, muito utilizada pelos meios de comunicação (ou de persuasão?) de massa. Atualmente, o "Jornal Nacional" está recheado de "notfcias" sobre o massacre de estudantes e outros populares na Praça da Paz Celestial de Pequim, China, um dos países mais distantes de "nosso" Brasil, tudo por causa da intransigência do Governo daquele país. (Realmente, tais acontecimentos constituem indicadores significativos de subdesenvolvimento sócio-político). Entretanto, o mesmo informativo, no início de 1988, nada "selecionou" sobre o massacre de quase uma centena de garimpeiros de Serra Pelada, ocorrido sobre uma ponte no sul do Pará. Um incidente tão próximo e de tão graves proporções para nós brasileiros, cuja causa igualmente foi uma intransigência governamental (e que também colocou em evidência o nosso subdesenvolvimento sócio-político). Acreditamos que os exemplos ora apre-

sentados evidenciam, com muita transparência, a argumentatividade contida na seleção de um tema e na omissão de outros que, de acordo com interesses de outra ordem, explícitos ou não, seriam muito mais importantes.

Uma atividade que complementa a escolha do tema é a sua delimitação pelo enunciador. Na prática, é-lhe impossível representar lingüísticamente ou simbolicamente toda a realidade "em si" compreendida pelo tema escolhido. De que modo, por exemplo, o J.N. poderia objetivar, através do uso de uma língua, todos os ângulos e todas as relações (econômicas, sociais, políticas, culturais, filosóficas, etc.) dos fatos ocorridos recentemente na Praça da Paz Celestial de Pequim? Diante de tais dificuldades, o enunciador, no caso, o editor do J.N., de acordo com as suas convicções ideológicas e de seus interesses, ou de acordo com as convicções ideológicas e dos interesses dos patrocinadores, faz uma opção: recorta certos ângulos do tema e os enquadra nos seus esquemas mentais, objetivando-os "adequadamente", de modo que se canalizem para uma "tese" que lhe sirva de meio para os fins desejados, ou seja, para os efeitos que pretende produzir nos enunciatários. Por outro lado, omite os aspectos da mesma realidade que não contribuem para a sua "tese" e que, conseqüentemente, produziriam efeitos indesejáveis, ou, simplesmente, não convergiriam para os fins pretendidos. É através desse processo, nem sempre realizado conscientemente, que o autor delimita o tema do texto que produz.

Os procedimentos adotados pelos autores de trabalhos acadêmicos não violam essa regra. Para realizarem sua produção, costumam selecionar subsídios de obras e autores que, de alguma forma, contribuam para fundamentar e/ou reforçar os argumentos a favor da "tese" que defendem e para conseguir a adesão dos leitores.

2. ESCOLHA DE UM TIPO DE TEXTO

O tipo de um texto, como poderia parecer à primeira vista, não decorre da natureza do tema e da tese. Se assim fosse, o abolicionismo, por exemplo, não poderia ter sido apregoado através de poemas, romances, sermões, discursos políticos, etc.. Um mesmo

tema e uma mesma tese podem ser objetivados verbalmente através de diferentes formas textuais ou discursivas. Assim sendo, a escolha de um tipo de texto também constitui uma tática argumentativa (o que não significa que a natureza do tema não possa influir o enunciador para fazer sua escolha).

Dentre os fatores preponderantes para a escolha adequada de um tipo de texto destacam-se as características biopsicossociais dos destinatários. Por exemplo, para garantir que uma "tese" minha seja aceita e compreendida por meu filho de oito anos, não adianta objetivá-la sob a forma de uma monografia acadêmica (dissertação), mas é preciso escolher um tipo de texto do seu universo de experiências. No caso, certamente uma fábula, uma estória de exemplo ou similar seria uma escolha adequada. Nesse sentido, cremos que Bernardo Guimarães foi muito inteligente ao objetivar sua denúncia contra as injustiças da escravidão através de um romance. Dramatizando a vida de uma escrava (Escrava Isaura), com todas as ressalvas que lhe possamos imputar, certamente conseguiu comover suas leitoras e, quiçá, seus leitores, até as lágrimas, bem como indispor os contra a escravidão, graças à adequação da narrativa às características biopsicossociais deste e ao gênero literário próprio do momento histórico em apreço.

3. ASSUNTO

Antes de mais nada, cabe-nos fazer uma rápida distinção entre assunto, tema e tese. Essa distinção só é pertinente para os textos ficcionais, uma vez que, nos demais, assunto e tema se identificam. A tese, por sua vez, se realiza no quadro do tema, em qualquer tipo de texto. Elucidar esses conceitos através de uma definição é uma tarefa que exige elevado nível de abstração. Por isso, optamos pela explicitação analógica, comparando-os com aquilo que ocorre na encenação de uma peça teatral.

Em cenas e atos sucessivos, personagens, inseridos em cenários, realizam ações articuladas entre si por um enredo, criado pelo respectivo autor. Trata-se, pois, de uma estória inventada que, no

teatro, se passa diante dos espectadores. É isso que constitui o assunto da peça.

Entretanto, uma estória teatral inscreve-se numa experiência intersubjetiva compartilhada pela comunidade a que se destina, experiência cultural que se dirige à sensibilidade dos espectadores. Existe, portanto, um aspecto cultural que une a estória inventada à realidade social objetivada, aspecto este que constitui o tema da narrativa.

Neste quadro cultural, o autor, através de um ou mais protagonistas, caracteriza e orienta os fatos de sua estória de tal modo que evidenciem uma posição ideológica em relação ao tema, posição esta que constitui a sua tese. Com ela, tanto pode estar reforçando quanto contestando o ponto de vista ideológico vigente.

Em outras palavras, em textos de qualquer tipo, o tema, através de um processo de delimitação, canaliza-se para a "tese". Nos textos ficcionais, porém, o enunciador deixa o tema em plano secundário, colocando, em primeiro plano, um assunto, o qual constitui a narração ou descrição propriamente dita. Por exemplo, na obra de Bernardo Guimarães acima mencionada, o tema é a escravidão no Brasil. A "tese", decorrente da posição ideológica do autor frente a esse tema, poderia ser sintetizada na seguinte frase: "A escravidão no Brasil promove a violência contra pessoas mulatas e negras inocentes, com sentimentos e direitos humanos idênticos aos dos brancos, impedindo-as de satisfazerem suas necessidades humanas básicas." Finalmente, para abordar o tema "escravidão no Brasil" e para defender sua posição frente a esse tema ("tese"), Bernardo Guimarães criou um assunto: o enredo do romance entre Isaura, escrava mulata, e Álvaro, filho de um senhor, no qual se destaca a frustrada tentativa do escravagista Leôncio de transformar a protagonista em objeto de uso.

Processo idêntico se verifica em descrições ficcionais, por exemplo, em crônicas descritivas.

Nos textos ficcionais, ao escolher um assunto, o enunciador orienta-se, implícita ou explicitamente, pelas áreas de interesse dos enunciatários. A escolha explícita pode estar baseada em conhecimentos sobre a realidade destes, numa pesquisa referente ao seu modo de ser ou, simplesmente, num "palpite". De qualquer maneira, a enunciação de um texto argumentativo ficcional objetiva

atingir a sensibilidade dos destinatários através do assunto escolhido, com o intuito de conseguir sua adesão à tese que a este subjaz. É nesse sentido que também de uma escolha de assunto bem feita depende a eficácia de um texto. Essa atividade constitui, portanto, mais uma tática argumentativa, ao lado de outras aqui explicitadas.

Exemplos de eficácia argumentativa certamente são os assuntos da maioria dos textos ficcionais de Luís Fernando Veríssimo (Revista "Veja") e Millôr Fernandes ("Isto é Senhor"). Tanto o primeiro quanto o segundo destinam suas criações a leitores com características biopsicossociais semelhantes, por eles (e/ou pelos editores) conhecidas através de diferentes meios, inclusive através das seções de cartas dos respectivos periódicos. É claro que, para os leitores pouco ou nada informados sobre os aspectos conjunturais que formam o contexto e a intertextualidade de certas composições ficcionais, os respectivos assuntos podem ser insossos, uma vez que o seu tempero consiste, justamente, na apreensão das dimensões assunto/tema/tese por parte dos enunciatários.

4. VARIANTE LINGÜÍSTICA

Não há necessidade de fazermos, neste ensaio, uma explanação sobre as variantes lingüísticas da Língua Portuguesa do Brasil. Basta lembrar que, em qualquer língua, existe uma grande variedade de formas padronizadas de expressão, próprias de grupos sociais, profissionais, regionais, etc.. Cada uma delas constitui uma variante lingüística, caracterizada por expressões idiomáticas, uso conotativo da língua, vocabulário (sobretudo, o vocabulário ativo), execução fonética e, até mesmo, por regras morfo-sintáticas "desviadas" do dialeto padrão.

Para garantir a eficácia de um texto argumentativo, é preciso que o autor, no processo de sua produção, adote uma variante lingüística de domínio dos destinatários ou, pelo menos, acessível a eles. Já se foi a época em que o povo ficava embevecido com a verborragia de políticos, prosélitos e outros "experts" de manipulação da palavra. Hoje, em decorrência de fatores vários, entre os quais os meios eletrônicos de comunicação de massa, o povo perdeu o interesse nas esnobações verborrágicas... Portanto, a adoção

dessa velha estratégia não surte mais efeito, na maioria dos casos de manipulação através da palavra. Por isso, a adoção de uma variante lingüística sintonizada com a dos enunciatários constitui uma tática argumentativa de suma importância para a consecução dos fins pretendidos. Isso, todavia, não significa que, obrigatoriamente, o enunciatário deva adotar uma variante "desviada" das regras gramaticais do dialeto padrão só pelo fato de os enunciatários assim se expressarem costumeiramente.

No processo de produção de textos argumentativos, a adoção de variantes lingüísticas acessíveis aos enunciatários é, hoje, uma questão tão importante que, não raro, os empresários dos meios de comunicação de massa promovem pesquisas lingüísticas para adequar, pela média, os seus programas ao grande público.

5. LÓGICA ARGUMENTATIVA

O conceito de lógica argumentativa é mais abrangente do que o de lógica formal. Na sua extensão, compreende esta e todas as explicações culturais da realidade. Sob esse ponto de vista, identifica-se com duas das quatro meta-regras de coerência textual propostas por Charolles: as meta-regras de não contradição e de relação.

De acordo com a meta-regra de não contradição, um texto, para ser coerente, não deve conter "nenhum elemento semântico que contradiga um conteúdo expresso ou pressuposto por uma ocorrência anterior ou dedutível desta por inferência." (CHAROLLES, apud NEIS, s/d., p.16). A meta-regra de relação, por sua vez, determina que os fatos denotados, no tipo de mundo representado, estejam ligados. Tal ligação, porém, é de natureza mais pragmática do que lógica (lógica sob o ponto de vista tradicional ou formal), uma vez que seu suporte está no tipo de mundo representado pelo enunciatário.

Na verdade, sob o ponto de vista da lógica argumentativa, as duas meta regras citadas podem ser condensadas numa só: Não haverá contradição quando houver relação; relação que se vincula a um tipo de mundo (mundo do senso comum, mundo da Psicanálise, mundo da racionalidade, mundo onírico, etc.). Portanto, os

mesmos elementos de um texto, se situados adequadamente (por indicações da situação e/ou do contexto) no respectivo mundo, nele poderão ser coerentes, isto é, não contraditórios e relacionados. Por outro lado, se não estiverem situados adequadamente nos mundos a que se referem, poderão ser incoerentes. Por exemplo, um mesmo texto que quisesse explicar a origem do homem tanto pela teoria da evolução das espécies quanto por intervenção direta de um deus antropomórfico que o teria moldado com barro e lhe insuflado uma alma, sem que situasse tais explicações em "mundos" diferentes, certamente não seria aceito como coerente nem por pessoas semi-alfabetizadas.

Pelo exemplo que acabamos de apresentar, confirma-se o postulado epistêmico segundo o qual a realidade objetiva não se revela ao homem, mas é este que a apreende, isto é, a enquadra em algum esquema mental adquirido no decorrer de sua existência. Acrescentemos a isso que uma mesma pessoa pode estar "instrumentalizada" por mais de um esquema mental para apreender a mesma realidade ou o mesmo aspecto da realidade, fato que está na origem das várias versões que poderá objetivar através da linguagem, versões estas que se situam em "mundos" diferentes, porquanto derivam de lógicas argumentativas próprias.

Ademais, tal capacitação não orienta somente a apreensão e objetivação da realidade "em si" (ou aspectos desta), mas também as criações de realidades antes não existentes e, até então, ainda não experimentadas. Tais criações podem ser tão coerentes que acabam se confundindo com a realidade "em si" e, até mesmo, nesta se transformando e integrando pela partilha decorrente de sua objetivação.

Cada lógica argumentativa, por conseguinte, tem o seu referencial teórico próprio. Conseqüentemente, poderíamos, por exemplo, produzir um texto coerente sobre as precárias condições em que vive a maioria dos brasileiros, fundamentando nossa tese em uma das várias teorias econômicas. Por outro lado, poderíamos realizar a mesma atividade com base num saber científico ou, até mesmo, preconceituoso sobre a formação étnica dos "miseráveis", e assim por diante.

À luz do princípio exposto, podemos inferir que existem, além da lógica tradicional, estribada na metafísica, as diferentes ló-

gicas epistêmicas (baseadas nas diferentes áreas e enfoques do saber); axiológicas (baseadas em diferentes hierarquias de valores); deontológicas (baseadas em leis e diretrizes sociais explícitas ou tácitas), etc.. Entretanto, todas elas, de certa forma, têm uma característica comum: são verossímeis ou plausíveis, fato que lhes dá uma aparência de verdade.

Verossímil, de acordo com o Aurélio, é "semelhante à verdade, que parece verdadeiro." Ou, ainda, "que não repugna à verdade; provável." Plausível, de acordo com o mesmo filólogo, é "razoável, aceitável, admissível." Portanto, se os enunciatários aceitarem o referencial teórico, "o mundo" dentro do qual se realiza a argumentação do enunciador, o tema e a tese do respectivo texto, face à coerência interna, assumem caráter de verdade. É por essa razão que a escolha de uma lógica argumentativa que se inscreva no quadro das convicções dos enunciatários constitui uma tática importante no processo de produção de textos argumentativos.

6. MEIOS DE MATERIALIZAÇÃO (CONCRETIZAÇÃO) DE UM TEXTO

Nossas análises até aqui realizadas demonstram que uma unidade completa de comunicação verbal não é constituída tão somente do encadeamento de signos verbais. Compreende também os elementos da enunciação, isto é, os elementos circunstanciais do evento da produção, uma vez que acontece, assim como as outras atividades humanas, num momento histórico (tempo) e num espaço físico (lugar). Focalizaremos, a seguir, meios materiais indispensáveis ao evento da enunciação, meios que constituem o suporte físico do material lingüístico situado no tempo e no espaço.

A seleção e a combinação desses meios pelo enunciador, em função dos efeitos que pretende obter nos enunciatários, é mais uma das muitas táticas argumentativas. Exemplifiquemos: Na produção de um texto argumentativo, a existência de determinadas intenções de um enunciador em relação a enunciatários específicos faz com que o primeiro selecione um tema e determine sua tese, escolha, se for o caso, um assunto, opte por um tipo de texto, por uma variante lingüística, por uma lógica argumentativa. Entretan-

to, cabe-lhe ainda tomar decisões referentes à materialização ou concretização do texto no quadro teórico anteriormente definido.

O leque das alternativas de materialização dos textos verbais abre-se em duas direções: verbalização oral e verbalização escrita. Cada uma dessas estratégias, por sua vez, pode ser constituída de táticas próprias.

Na verbalização oral, as táticas de entonação ou modulação da voz do enunciador, ao lado das circunstâncias ambientais, concorrem significativamente para produzir determinados efeitos nos enunciatários. Por exemplo, uma advertência verbal oral que objective mudanças no modo de pensar destes, feita aos gritos e xingamentos, certamente produz outros efeitos sobre eles do que uma argumentação verbal demonstrativa moderadamente modulada. No primeiro caso, um destinatário um tanto sensível poderá não apreender o conteúdo verbal de texto, percebendo este apenas como uma agressão, da qual procurará, naturalmente, se defender, pelo menos a nível psicológico. No segundo caso, terá, certamente, uma reação mais favorável em relação ao promotor do evento da enunciação e, conseqüentemente, este terá maior chance de conseguir a adesão daquele.

Na verbalização escrita, a função argumentativa correspondente à entonação da verbalização oral é realizada muito precariamente por sinais gráficos. Estes dificilmente terão tanta eficácia sobre os leitores, no macro-ato de leitura, quanto terá a entonação, no macro-ato de audição-apreensão de um texto oral. Todavia, o texto escrito, como um todo, tem probabilidade maior de continuar produzindo efeitos a longo prazo, uma vez que sua objetivação permanece no espaço por maior tempo.

Além das particularidades da verbalização oral e da verbalização escrita, ambas as alternativas têm aspectos comuns, enquanto estratégias argumentativas passíveis de serem constituídas pelas mesmas táticas, ligadas ao evento da enunciação.

A explicitação das virtualidades argumentativas imanentes ao discurso, realizada através das reflexões feitas neste texto ainda é precária e arriscada. Para avaliar o seu mérito, deveríamos testar o seu alcance e aperfeiçoar os pontos vulneráveis através de atividades de produção e, até mesmo, de interpretação de textos argumentativos. Deveríamos, outrossim, preencher as lacunas com ou-

tras dimensões, indispensáveis para a concretização de um discurso, dimensões estas que também poderiam transformar-se em táticas argumentativas.

Na verdade, já conduzimos assistematicamente algumas de nossas práticas docentes com base no referencial teórico aqui exposto. Falta-nos, entretanto, sistematizá-las e aperfeiçoá-las, tarefa para a qual serão bemvindas, porquanto significativas, as críticas dos leitores deste texto.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Rubem. *Filosofia da Ciência*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
CHAROLLES, Michel. *Introduction aux Problèmes de la Cohérence des Textes. Langue Française*. Paris, Larousse. (38):7-41, mai. 1978. (Traduzido internamente por NEIS, Ignacio Antônio, PUCRS, s/d. (Mimeo).
CITELLI, Adilson. *Linguagem e Persuasão*. São Paulo, Ática, 1986.
KOCH, Ingedore G. Villaça. *Argumentação e Linguagem*. São Paulo, Cortez, 1984.